GESTÃO DE CIDADES E PLANEJAMENTO URBANO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano visa aprofundar os estudos acerca do desenvolvimento, políticas urbanas e redes de cidades e busca também planejar e construir espaços que minimizem problemas decorrentes dos processos de urbanização, como poluição e engarrafamentos.

OBJETIVO

Capacitar profissionais de nível superior a atuar no processo de Planejamento e Gestão das Cidades.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

357	Legislação Ambiental	30

APRESENTAÇÃO

Legislação Ambiental no Brasil. Histórico da Legislação Ambiental do Brasil. Lei n° 6938/81 ? Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios, objetivos e instrumentos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Lei n° 9605/98 ? Lei de Crimes Ambientais. As competências normativas e administrativas em matéria ambiental. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Licenciamento Ambiental. Planejamento Ambiental: Aspectos e Impactos Ambientais. Requisitos Legais e Outros Requisitos. Filtro de Significância, Objetivos e Metas Ambientais. Programa(s) de Gestão Ambiental. Implementação e Operação do Sistema de Gestão Ambiental.

Verificação e Ações Corretivas.

OBJETIVO GERAL

• Explicar o Histórico da Legislação Ambiental do Brasil. Lei n° 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente, princípios, objetivos e instrumentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Identificar as Leis de Crimes Ambientais; • Conhecer as Responsabilidade civil, penal e administrativa; • Definir Planejamento Ambiental: Aspectos e Impactos Ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A EXPRESSÃO “MEIO AMBIENTE” DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL: Evolução, CONCEITO, AUTONOMIA E PRINCÍPIOS MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL MEIO AMBIENTE NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO FEDERAL COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO COMPETÊNCIA CONCORRENTE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E POLÍTICO?ADMINISTRATIVA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE ? SISNAMA INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Licenciamento Ambiental no Brasil Avaliação de Impacto Ambiental ? Estudo de Impacto Ambiental Audiência Pública RESOLUÇÃO CONAMA 09, de 03.12.87 ESFERAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL Responsabilidade Administrativa Responsabilidade Civil ? Ação Civil Pública/Inquérito Civil Público Responsabilidade Penal Ambiental ? Infrações Penais Ambientais Antecedentes e Evolução da Proteção Penal do Meio Ambiente A Nova Disciplina Penal Ambiental ? Inovações da Lei 9.605/98 TIPOS DE POLUIÇÃO Poluição Hídrica Poluição Atmosférica Poluição por Rejeitos perigosos Poluição por Agrotóxicos Poluição Sonora Poluição por Resíduos Sólidos ? Lixo RECURSOS HÍDRICOS E A NOVA DISCIPLINA LEGAL TUTELA JURÍDICA FLORESTAL CÓDIGO FLORESTAL (Lei 4.771, de 15.09.65) Áreas de Preservação Permanente Reserva Florestal Legal Unidades de Conservação Unidades de Proteção Integral Estações Ecológicas Reservas Biológicas Parques Florestais Refúgios de Vida Silvestre Unidades de Uso Sustentável Áreas de Proteção Ambiental Áreas de Relevante Interesse Ecológico Florestas Nacionais Reservas Extrativistas Reservas de Fauna Reservas de Desenvolvimento Sustentável Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) LEI N° 6.938 DE 31 DE AGOSTO DE 1981 ART. 225 CONSTITUIÇÃO FEDERAL LEI Nº 9.605, DE FEVEREIRO DE 1998

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa, Curso de Direito Ambiental, 2ª ed., Renovar, Rio - 1992. BENJAMIN, Antônio Herman (Coordenador), Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão (vários artigos), Edita. Revista dos Tribunais, São Paulo - 1993. FREITAS, Vladimir Passos de Freitas, Gilberto Passos de Crimes Contra a Natureza, Edita. RT, São Paulo - 1990. _____, Vladimir Passos de, Direito Administrativo e Meio Ambiente, 2ª ed., Edita. Juruá, Curitiba-1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Antônio Herman (fundador), Direito Ambiental Revista 5, Ano 2, Edita. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997. FARIAS, Bernadete Ferreira, Lições de Direito Ambiental (para aluno de graduação), Edita. CAMPGRAF - 1998. 93 FILHO, Wanderley Rebello e Christiane Bernardo, Guia Prático de Direito Ambiental, Edita. Lúmen Juris, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1999. FREITAS, Vladimir Passos de, (organizador), Direito Ambiental em Evolução, Edita. Juruá Curitiba, 1998. MANUAL de Diretrizes Para Avaliação de Impactos Ambientais, CPRH/GTZ, Edita. Bip Comunicação e Arte, Recife - 1998.

PERIÓDICOS

MACHADO, Paulo Affonso Leme, Ação Civil Pública (ambiente, consumidor, patrimônio cultural) e Tombamento, Edita. Revista dos Tribunais, São Paulo – 1986.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

358	Legislação Urbana e o Meio Ambiente	30

APRESENTAÇÃO

A questão urbana na atualidade. O processo de urbanização e as relações com o meio natural. As leis urbano-ambientais. O uso, a ocupação desordenada do solo e a margem de regulação existente. O ar, as águas e os resíduos produzidos no ambiente urbano: como se encontram, como deveriam ser e o que fazer para evitar ou compensar impactos antrópicos.Antecedentes sobre a legislação de ordenamento territorial e a experiência brasileira; A Constituição e Antecedentes sobre a legislação de ordenamento territorial e a experiência brasileira; A Constituição Federal de 1988, as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais e o tratamento das questões urbanas; O estatuto da cidade; As principais leis urbanísticas, seus objetivos, conteúdos e implicações: o perímetro urbano; O controle do uso e a ocupação do solo urbano, o parcelamento do solo urbano, a legislação ambiental, o código de edificações, as posturas municipais, o Plano Diretor Geral de 1988, as constituições estaduais, as leis orgânicas municipais e o tratamento das questões urbanas; O estatuto da cidade: As principais leis urbanísticas, seus objetivos, conteúdos e implicações.

OBJETIVO GERAL

• Interagir e participar do planejamento, gestão e legislação urbana municipal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer sobre a origem e a evolução da legislação urbana; • Reconhecer a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal; • Opinar sobre a importância do debate sobre a Lei Orgânica de seu município.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA O ESTATUTO DA CIDADE PLANO DIRETOR A IMPORTÂNCIA DO PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL COMO ELABORAR UM PLANO DIRETOR OS DESAFIOS DO PLANO DIRETOR LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL PARCELAMENTO DO SOLO LEI ORGÂNICA PERÍMETRO URBANO CÓDIGO DE OBRA CÓDIGO DE POSTURA

REFERÊNCIA BÁSICA

CAMARGO, Aspasia; CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-92. 2 ed., São Paulo: Estação Liberdade, 472p., 2004. FONTOURA, Iara. A P. KLOCK, Andréia B. SABATOVSKI, Emilio. Meio Ambiente – Legislação Federal. Ed. Jurua, 2007. MUKAI, T. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2.ed. Atual. São Paulo: Dialética, 2002. p.349. ROLNIK, Raquel. Cidade e a Lei - Legislação, Política Urbana e territórios na Cidade de São Paulo. Studio Nobel, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAMPARELLI, C. e ZAN, P. Novo conceito de plano diretor a partir da própria Constituição da República. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989. MATTOS, Karine Gonçalves da Silva; ORTH, Dora Maria; PETINE, Jussara; DUTRA, Rafael de Bona. Legislação urbana no Brasil. In: 5º Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2002. Florianópolis. Anais do 5º COBRAC. Florianópolis: Grupo de Trabalho em Cadastro, 2002. MUKAI, T. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2. Ed. Atual. São Paulo: Dialética, 2002. 349 p.

RIBEIRO, L.C. e CARDOSO, A.C. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989. SANTOS, Milton. Urbanização brasileira. Edusp, 5 edição, São Paulo, 2003.

PERIÓDICOS

CARVALHO, S.N. Revista São Paulo em Perspectiva, O Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10379.pdf. Acesso em 20.04.2011.

76	Metodologia do Ensino Superior	60

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

359	Planejamento Urbano: Criando Estratégias de Desenvolvimento das Cidades	60

APRESENTAÇÃO

Urbanização e crescimento das cidades. O processo do planejamento: conceitos, estrutura e execução. Diagnóstico de realidades sociais, produtivas e econômicas do meio urbano. Elaboração de projetos de desenvolvimento urbano: estrutura e etapas de operacionalização. Análise e avaliação crítica de projetos e programas de desenvolvimento rural.

OBJETIVO GERAL

• Refletir sobre o processo o processo do planejamento, suas estratégicos e desenvolvimento das cidades e bem como os conceitos, estrutura e execução.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar e avaliar o diagnóstico de realidades sociais, produtivas e econômicas do meio urbano; • Posicionar-se sobre a análise e avaliação crítica de projetos e programas de desenvolvimento rural; • Pesquisar e estudar sobre a perspectiva da escola de Chicago.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PLANEJAMENTO URBANO: CRIANDO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DAS CIDADES O PROCESSO DE PLANEJAMENTO: CONCEITOS, ESTRUTURA E EXECUÇÃO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL – 1875 A 1992 O PLANEJAMENTO DO BRASIL NA ATUALIDADE (ESTATUTO DA CIDADE) O PLANO DIRETOR DIAGNÓSTICO DE REALIDADES SOCIAIS, PRODUTIVAS E ECONÔMICAS DO MEIO URBANO A SOCIOLOGIA, A GEOGRAFIA E O DEBATE URBANO-RURAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA A PERSPECTIVA DA ESCOLA DE CHICAGO A VERTENTE CRÍTICA E A CONTRIBUIÇÃO DE HENRI LEFEBVRE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO: ESTRUTURA E ETAPAS DE OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL SECRETARIA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E PROGRAMAS URBANOS SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA ANÁLISE E AVALIAÇÃO CRÍTICA DE PROJETOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Luiz e GRIZ, Cristiana. Cidades: Urbanismo, Patrimônio e Sociedade. Mestrado em Desenvolvimento Urbano: Editora da UFPE, 2008. BENKO, G. Economia, espaço e globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Trad. Arlene Caetano. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. FREITAG, Bárbara. Teorias da Cidade. Campinas: Papirus, 2006. GIANSANTI, Roberto. A cidade e o urbano no mundo atual. 2ª ed. São Paulo: Global – Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação: Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994. p. 199-322. BECKER, Howard. A Escola de Chicago. Mana, n. 2, p. 177-188, 1996. CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Seria o Brasil menos urbano que se calcula”? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur edições, 2007. SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores,1995. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. STORPER, M. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L. (orgs.). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bettrand Brasil, 1994.

PERIÓDICOS

PEREIRA, C. S. S. O urbano e o rural: discussões teóricas e perspectiva de análise. A Margem: Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes.

130	Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos	30

APRESENTAÇÃO

Classificação de Resíduos: perigosos, comuns, recicláveis; Impactos ambientais e vulnerabilidades do gerenciamento incorretos dos resíduos; Coleta seletiva – como evitar problemas, quais as vantagens socioeconômicas e ambientais, passo a passo; Educação Ambiental: repensar, reduzir, reaproveitar e reciclar; gerenciamento de resíduos no contexto da gestão ambiental; as principais alternativas de destinação final, tratamento, incineração, co-processamento, disposição em aterros urbanos e industriais; A relação entre o gerenciamento adequado de resíduos, mudanças climáticas e créditos de carbono; A reciclagem industrial.

OBJETIVO GERAL

• Reconhecer que a educação ambiental e entendida como um dos instrumentos básicos e indispensáveis à sustentabilidade dos processos na gestão ambiental traz o foco para a importância de se considerar a percepção ambiental do homem a partir do universo cognitivo, comunicativo, suas relações intersubjetivas e intergrupais, suas diferenciações socioeconômicas, culturais e ideológicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Aprender sobre a forma correta de gerenciar os resíduos provenientes de diversas fontes e a classificar tais resíduos de acordo com a Resolução em vigor. • Promover a compreensão da interdependência entre vários setores, como a economia, a política social, a ecologia e a sociedade tornando a comunidade apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais. • Mostra a necessidade de reflexão das pessoas no processo de mudança de atitudes em relação ao correto descarte do lixo e à valorização do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS 2. POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 1. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL 3.1 MODELOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS 2. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS 2.1 GERAÇÃO (FONTES) 2.2 MINIMIZAÇÃO 2.3 MANUSEIO 2.4 ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO 2.5 COLETA E TRANSPORTE 2.6 SEGREGAÇÃO 2.7 PRÉ-TRATAMENTO 2.8 TRATAMENTO 3. PADRÕES DOS CORPOS D’ÁGUA E DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES 3.1 PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELO LANÇAMENTO DOS EFLUENTES 3.2 NÍVEIS DE TRATAMENTOS DE EFLUENTES 4. ETAPAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS 4.1 PLANEJAMENTO 4.2 IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO 4.3 VERIFICAÇÃO E AÇÕES

CORRETIVAS 5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 10.004: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 1987. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12235 . Armazenamento de resíduos sólidos perigosos, Rio de Janeiro, 1992. ANVISA, 2004. Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 24 p. BARBOSA, L, T. Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Norte de Minas Gerais: Estudo relativo à implantação de Unidades de Reciclagem e Compostagem a partir de 1997. Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG. Belo Horizonte. Escola de engenharia da UFMG, 2004. JACOBI, Pedro. Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil. Ed. Annablume, 2006. LAPA, Nuno. MENDES, Benilde. OLIVEIRA, J. F. Santos. Resíduos - Gestão, Tratamento e sua Problemática. Ed. Lidel, 2009. MARIANO, Jacqueline Barboza. Impactos Ambientais do Refino de Petróleo. Ed. Interciencia, 2005. REVEILLEAU, Ana Célia Alves de Azevedo. Gestão Compartilhada De Resíduos Sólidos. Ed. Habilis, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CONAMA. Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008. 2. ed. Brasília-DF: Conselho Nacional do Meio Ambiente. 2008. DIJKEMA, G. P. J. 2000. A new paradigm for waste management. Waste Management, Volume 20, Issue 8, December 2000, Pages 633-638. LIMA, J. D. Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Campina Grande: ABES, 231 p. 2001. MAROUN, CHRISTIANNE ARRAES. 2006. Manual de Gerenciamento de Resíduos: Guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA. MESQUITA JUNIOR, JOSÉ MARIA DE. Gestão integrada de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. MONTEIRO, JOSÉ HENRIQUE PENIDO et al. Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. SANTANA, JOSEANE MOURA DE. 2010. Proposta de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para o município de santo Estevão, BA. Dissertação de mestrado. SILVEIRA, L. R. Desafios do manejo de resíduos sólidos: a gestão de seis aterros simplificados no estado da Bahia. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade estadual da Bahia, Salvador, 2008.

PERIÓDICOS

TCHOBANOGLOUS, G. Solid wastes: engineering principles and management. Issues. Tokyo: McGraw-Hill, 1977.

354	Gestão do Meio Ambiente: Sustentabilidade e Educação Ambiental	45

APRESENTAÇÃO

Histórico da temática ambiental. Fundamentos analíticos para o estudo do meio ambiente. Critérios para estudo prévio de impactos ambientais. Avaliação de processos produtivos e de alterações ambientais: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Metodologias de análise em estudos ambientais. Impactos sociais e ambientais na agricultura.

OBJETIVO GERAL

• Analisar o uso de práticas e métodos administrativos que reduzam ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conhecer o histórico da temática ambiental; • Refletir sobre o meio ambiente e os processos produtivos; • Analisar e avaliar os impactos sociais e ambientais na agricultura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

HISTÓRICO DA TEMÁTICA AMBIENTAL A TEMÁTICA AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA FUNDAMENTOS ANALÍTICOS PARA O ESTUDO DO MEIO AMBIENTE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: CONSTRUINDO UM NOVO CAMPO DO SABER A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR CRITÉRIOS PARA ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS E DE ALTERAÇÕES AMBIENTAIS: O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) O MEIO AMBIENTE E OS PROCESSOS PRODUTIVOS METODOLOGIAS DE ANÁLISE EM ESTUDOS AMBIENTAIS ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS TÉCNICAS DE ANÁLISE AMBIENTAL APLICADAS NAS GRANDES ORGANIZAÇÕES IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA AGRICULTURA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 103-104. BRUM, Argemiro J. Modernização da Agricultura – Trigo e Soja, Petrópolis: Vozes, 1988. MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. SILVA, José Graziano da. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 2ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro no Brasil, São Paulo: Ícone, 1985. MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Agrário Brasileiro, São Paulo: Hucitec, 1990. MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo: Hucitec, 1989. PORTER, Michael E. Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1989. PRADO JÚNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1979. SEIFFERT, Mari Elisabete Bernadini. ISO 14001: sistemas de gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2005 SLACK, Nigel; CHAMBERS, Susan; HARLAND, C. Foster; HARRISON, Arlington; JOHNSTON, Ray. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2002.

PERIÓDICOS

CORAZZA, Rosana Icassatti. Gestão ambiental e mudanças na estrutura organizacional. Revista de Administração de Empresas (RAE - Eletrônica), v. 2, n. 2, p. 1-23, 2003.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

344	Gestão Estratégica das Organizações	45

APRESENTAÇÃO

Origem e fundamentos teóricos e as técnicas de planejamento estratégico e empresarial e tomada de decisões. Análise de Cenários. Vantagens e estratégias competitivas. Formulação de Estratégias Empresariais e Processo de planejamento e orçamento de empresas.

OBJETIVO GERAL

• Argumentar sobre a origem e fundamentos teóricos e as técnicas de planejamento estratégico e empresarial e tomada de decisão.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Descrever as vantagens e estratégias competitivas; • Identificar as principais ferramentas gerenciais do planejamento estratégico; • Diferenciar a macroestratégia da macropolíticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO ESTRATÉGICA DAS ORGANIZAÇÕES DEFINIÇÃO SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICO GESTÃO ESTRATÉGICA NO PLANEJAMENTO PÚBLICO GESTÃO SUSTENTÁVEL O EXAGERO DO PRESENTE ESTRATÉGIA FUTURA ESTRATÉGIA DE FUTURO COM BASE NO PRESENTE O USO RACIONAL DO TEMPO MENTALIDADE OPERACIONAL X MENTALIDADE ESTRATÉGICA AS FERRAMENTAS GERENCIAIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO OPORTUNIDADE OPORTUNIDADES DE VENCER DIFICULDADES E DE PERCEPÇÃO QUESTÕES CULTURAIS INFLUENCIANDO A ORGANIZAÇÃO A CULTURA TRADICIONAL OU CENTENÁRIA CULTURA DE SUCESSO GARANTIDO NO PASSADO VENCENDO OS OBSTÁCULOS ORGANIZACIONAIS AS ORGANIZAÇÕES BUROCRÁTICAS PROPÓSITOS ORGANIZACIONAIS PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO – COMPORTAMENTO TÍPICO PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO FILOSOFIA DO PLANEJAMENTO FILOSOFIA DA SATISFAÇÃO FILOSOFIA DA OTIMIZAÇÃO FILOSOFIA DA ADAPTAÇÃO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ADAPTADO PERCEBENDO AS DIFICULDADES SUPERANDO E IMPLANTANDO MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS OPORTUNIDADE DE VENCER DIFICULDADES DE PERCEPÇÃO VISÃO ORGANIZACIONAL ABRANGÊNCIA O QUE ABRANGE A ORGANIZAÇÃO DIAGNÓSTICO O DIAGNOSTICANDO COM ESTRATÉGIA A MISSÃO A SINERGIA AVALIANDO A DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA MACROESTRATÉGIA E MACROPOLÍTICAS: VISÃO GERAL ANÁLISE DA FIGURA

REFERÊNCIA BÁSICA

BACICHETI, Anderson. Análise financeira em agronegócio. Maringá: Faculdade metropolitana de Maringá, 2007. CARVALHO, Antônio Vieira de; SERAFIM, Ozilea Clein Gomes. Administração de Recursos Humanos. Vol. 2. São Paulo: Pioneira, 1995. 212 p FERREIRA, Manuel Portugal. SERRA, Fernando. ANTONIO. Ribeiro. TORRES, A.P. TORRES, M.C. Gestão Estratégia das Organizações Públicas. Editora:Conceito Editorial. Ano: 2010. SAVOIA, Jose Roberto F. Agronegócio no Brasil – uma perspectiva Financeira. Ed. Saint Paul. Ano: 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BUGACOV, Sergio. Manual de Gestão Empresarial. 2.ed. S. Paulo: Saraiva, 2002. COSTA, Eliezer Arantes Da. Livro Gestão Estratégica. 5.ed. S. Paulo: Saraiva 2005. VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 3.ed. S. Paulo: Cingage, 2006. SANTOS, Rubens da Costa. Manual de Gestão Empresarial: Conceitos e Aplicação nas Empresas Brasileiras, S. Paulo: Atlas, 2007. SERRA, F, A. Ribeiro. Gestão Estratégica das Organizações, S. Paulo: Grupo Conceito, 2003. SHINGAKI, Mario. Gestão de Impostos. 7.ed. S. Paulo: Saraiva, 2010.

PERIÓDICOS

FASCINA, Marcos Nicácio. A efetividade do planejamento estratégica como fator de competitividade. Revista Científica da Faculdade Dom Bosco. Paraná, v. 1, n.1, p. 2-23, 2013.

356	Gestão Pública e Planejamento Orçamentário	45

APRESENTAÇÃO

Organização e Funcionamento da Administração Pública Brasileira, O Ciclo de Políticas Públicas, Gestão Estratégica Organizacional, Administração Pública para Gestores: Teoria e Prática, Plano Plurianual ? PPA, O Desafio da Informação para Formulação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Pública, Introdução ao Planejamento Governamental, Introdução ao Orçamento Público.

OBJETIVO GERAL

• Identificar a organização e funcionamento da administração pública brasileira.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar a gestão pública, funcionamento e organização; • Entender o orçamento público; • Compreender as propostas orçamentárias e o ciclo orçamentário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO PÚBLICA GESTÃO PÚBLICA CARACTERÍSTICAS CONCEITOS, ELEMENTOS E PODERES DE ESTADO ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO ENTIDADES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA NATUREZA E FINS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO CONCEITO DIMENSÕES ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ORÇAMENTO EMPRESARIAL PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA LEIS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PPA – PLANO PLURIANUAL LDO - LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PROCESSO LEGISLATIVO CICLO ORÇAMENTÁRIO ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CONTROLE RESPONSABILIDADES DOS CONSELHOS

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14 ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2007. MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 1 ed. Brasília, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Capítulo 9. BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: Política Social e Democracia – 3. Ed – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007. CODATO, A N - Estrutura de poder e mecanismos político-burocráticos do Estado Novo – XX Simpósio Nacional de História – ANPUH - Florianópolis (SC), 25 a 30 de julho de 1999. DEMO, Pedro. Participação é Conquista: noções de política social participativa. – 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Gestão Pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o governo Lula. Brasília SEGES, 2003.

PERIÓDICOS

BRESSER-PEREIRA L C – Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto ... - Revista do Serviço Público – Ano 53 Número 1 Jan-Mar 2002 – ENA.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A pessoa formada em gestão pública pode traçar e executar estratégias de gestão, coordenar programas e projetos, liderar equipes de execução de mudanças, promover desenvolvimento sustentável e Operar ações de licitação, contrato, prestação de contas e cálculo de benefícios funcionais e previdenciários.